

INCLUSÃO: RESPEITO ÀS DIFERENÇAS¹

(Mônica Pereira dos Santos² & Luciane Porto Frazão de Souza³)

Introdução:

O presente artigo tem como objetivo promover uma discussão a respeito de possíveis formas de viabilizar a construção de práticas inclusivas.

Para tanto, partiremos da idéia de que o respeito às diferenças é condição *sine qua non* para o desenvolvimento de estratégias de operacionalização de alternativas inclusivas. Isto porque esta premissa, inevitavelmente, apresenta algumas implicações, cujas considerações servem de ponto de partida para que se torne possível construir alternativas inclusivas. E dizemos isso porque a inclusão, sendo um processo, como veremos adiante, não acontece “simplesmente”: é preciso que nos engajemos nela.

Aqui, uma primeira implicação está em reconhecer que o respeito está diretamente relacionado às atitudes. Atitudes no cotidiano escolar, onde gestos e olhares podem resumir os pensamentos.

Uma segunda implicação reside na consideração de que as atitudes, por sua vez, relacionam-se estreitamente ao modo como interpretamos e definimos as diferenças, e qual a representação que fazemos delas. Por exemplo, de acordo com o Dicionário Aurélio, a palavra 'respeito' pode ter o sentido de reverência, de submissão, de ponto-de-vista, de motivo, de referência, ou mesmo de temor.

A partir do acima colocado, e aqui entramos na terceira implicação, parece-nos óbvio que dependendo da interpretação que dermos a 'respeito' (que por sua vez depende da nossa vivência deste conceito, a criação que tivemos relativa ao conceito de respeito), teremos uma atuação social de acordo com essa interpretação. Se entendermos por respeito uma relação de reverência e submissão, expressaremos este entendimento em nossas relações sociais. Se entendermos que respeito é temor, medo e receio,

¹ Artigo originado de Conferência sobre o mesmo tema, dada no Simpósio “A Inclusão do portador de deficiência; Construindo a Diferença”, promovido pelo SENAI, de 25 a 27 de novembro de 1998.

² Profa. Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro

manifestaremos condutualmente esse entendimento de outras formas. E assim por diante.

Portanto, e chegamos à quarta e última implicação para efeitos do presente artigo, caberia dizer que a interpretação relativa às diferenças – e sua conseqüente resposta condutual – pode ter pelo menos duas fontes básicas de origem: a nossa vivência delas e exposição direta às mesmas, e o que sabemos e somos informados a respeito delas. Cabe-nos então perguntar:

- Como concebemos as diferenças hoje?
- Como a diferença é concebida oficialmente (em documentos legais, declarações mundiais, diretrizes políticas, produções científicas, etc.) hoje em dia?

A primeira pergunta tem como conseqüência uma viagem investigativa ao nosso próprio universo, à nossa própria história, num sentido de reavaliá-los se quisermos efetivar mudanças atitudinais. Não se refere ao processo de ser politicamente correto, por si só, mas traduz a concepção cotidiana que surge nos momentos mais simples, como oferecer oportunidades por acreditar na capacidade do indivíduo.

Por sua vez, a segunda pergunta traz como conseqüência a necessidade de rever as possíveis conotações oficiais de "diferenças" (entre outros aspectos: a quem o termo se aplica, formal e reconhecidamente, nos dias de hoje). Isso porque o termo se aplica potencialmente a vários grupos. Ainda que neste artigo ele esteja se referindo a cidadãos cuja diferença se manifeste principalmente pelas deficiências, é importante lembrar que nos documentos oficiais atuais ele se aplica também a outros grupos de cidadãos.

Neste sentido, o termo “diferenças” encontra-se diretamente relacionado ao movimento pela inclusão, o que implica na necessidade de conhecer melhor a história desse movimento e entender o seu contexto atual. Com isto, estaríamos lidando com a segunda fonte de origem das atitudes, a da informação, o que por sua vez teria um efeito em nossas atitudes como um todo em relação ao tema proposto, na medida em que

³ Luciane é professora da rede pública municipal do Rio de Janeiro, atendendo educação regular e especial. Pedagoga, habilitação em Educação Infantil, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-graduanda em Psicopedagogia Institucional e Clínica, pela Universidade Castelo Branco.

estaríamos adquirindo mais conhecimentos a respeito do mesmo. E assim o fazendo, estaríamos nos capacitando a fazer escolhas e tomar decisões conscientes.

Resumindo, estamos falando de quatro tarefas básicas:

- (a) descobrir o que consideramos por respeito;
- (b) compreender a nossa própria concepção de "diferença";
- (c) levantar as variadas concepções sobre o termo a fim de adquirir mais informações e atestar sua relatividade; e
- (d) tomar conhecimento das discussões e propostas oficiais atuais a respeito da inclusão em seu viés de respeito ao Outro, inevitavelmente, sempre diferente.

Uma vez empenhados nessas incursões, poderemos retomar o tema como um todo "Inclusão: Respeito às Diferenças" e tentar chegar a algumas conclusões de ordem prática, ou operacional. Como as duas primeiras tarefas requerem um exercício individual de introspecção, que por motivos óbvios não teriam como serem levadas a cabo aqui, concentraremos a discussão nas duas últimas.

As Variadas Concepções sobre Diferenças:

Para a análise deste tema, optamos por partir de duas fontes: o dicionário Aurélio novamente, para que vejamos a relatividade do termo, e a Declaração de Salamanca. Escolhemos a referida Declaração pela importância mundial que ela conquistou enquanto documento internacional, e pela abrangência igual que acabou obtendo no sentido de inspirar políticas nacionais e internacionais nos mais diversos setores sociais, apesar de ter sido originariamente um documento produzido por ativistas da área educacional. O fato é, no entanto, que hoje ela é utilizada como pano de fundo para planejamento de políticas e ações nos mais variados setores.

Passemos então ao dicionário. Para o termo "Diferença", encontramos definições que abrangem os sentidos de ‘dessemelhança’, ‘alteração/modificação’, ‘diversidade’, ‘disparidade’, ‘prejuízo’ e mesmo a seguinte definição matemática: ***Conjunto de elementos que pertencem a um conjunto, mas não pertencem a outro (conjunto) nele contido.*** (Ex: conjunto de meninos negros pertencem ao conjunto de meninos, mas não pertencem ao conjunto de meninos índios). O grifo é nosso e serve para chamar a atenção do leitor à idéia de um certo pertencimento limitado. É possível encontrar

características que façam um sujeito pertencer a um grupo e não a outro; características que incluem e excluem, ao mesmo tempo; mas cujas diferenças são fundamentais para a afirmação do ser enquanto indivíduo.

Se continuássemos o exercício intelectual de busca de significados a cada uma destas definições, terminaríamos certamente com uma lista infindável de possíveis sentidos a serem aplicados ao mesmo termo. Mas em nome de uma certa objetivação de nosso tempo, somos obrigados a refrear nosso impulsos "arqueológicos" e parar de escavar.

Na verdade, as definições acima já nos dão uma boa idéia do quão relativas podem ser as "diferenças". A título de curiosidade, reforçamos alguns dos significados para que pudéssemos perceber o quanto as conotações podem ser mais ou menos negativas ou positivas. A definição matemática nos pareceu de especial interesse, na medida em que abre espaço para a discussão a respeito da inclusão e do pertencimento de grupos a outros grupos, ou de sub-grupos em grupos. Em outras palavras, sempre temos características que nos aproximam de um grupo mais genérico, tanto quanto as temos que nos distanciam de outros que possam estar enquadrados naquele mesmo geral.

Quanto ao uso do termo na Declaração de Salamanca, é possível identificar alguns dos significados extraídos do dicionário em vários momentos. Os significados de 'diversidade' e de 'sub-grupos de um grupo', no entanto, aparecerão com mais clareza, respectivamente, no tocante à conceitualização propriamente dita do termo *necessidades educacionais especiais*, e no tocante à tradução, na prática, da inclusão dos que possuem tais necessidades⁴. Tal se verifica, em especial, nos seguintes trechos da Declaração (pág. 15 da versão oficial em língua inglesa):

Durante os últimos 15 ou 20 anos, tornou-se claro que o conceito de educação relativa a necessidades especiais teve que ser ampliado para incluir todas as crianças que, por quaisquer motivos, não estivessem se beneficiando da escolarização.

Além das crianças com deficiências e incapacidades que são impedidas de freqüentar suas escolas locais, existem milhões de outras que:

- *experimentam dificuldades temporárias ou permanentes na escola;*

⁴ Este aspecto será visto com mais detalhes na seção sobre Inclusão.

- *não apresentam interesse ou motivação em aprender;*
- *completam apenas um ou dois anos da educação primária e são forçadas a repetir de ano;*
- *são forçadas a trabalhar;*
- *vivem nas ruas;*
- *moram muito longe de qualquer escola;*
- *moram em condições extremas de pobreza ou sofrem de má nutrição crônica;*
- *são vítimas de guerras e conflitos armados;*
- *sofrem de contínuos abusos físicos, emocionais e sexuais, ou*
- *simplesmente não freqüentam a escola, seja qual for o motivo.*

Percebe-se, nesta definição de educação para necessidades especiais, sua estreita relação com a diferença, na medida em que o conceito abrange toda uma diversidade, ou variedade de alunos em potencial, todos privados, impedidos ou obstaculizados quanto ao acesso e permanência no processo de escolarização.

Portanto, a partir destas duas fontes, fica claro que o conceito de diferenças abrange, de fato, várias populações nos dias de hoje. É, desta maneira, relativo aos olhos de quem o vê, à mente de quem o define, e à expressão condutual e atitudinal de quem o vive. A prática de respeito às diferenças canaliza para a reflexão dos preceitos citados. Emerge a sensibilidade necessária, aos profissionais de educação, de observar seus alunos e verificar suas necessidades de apoio e informação e, também, seus potenciais a serem desenvolvidos.

Passemos então à nossa segunda tarefa, qual seja, a de conhecer um pouco mais sobre o movimento pela Inclusão.

As Discussões e Propostas Oficiais Atuais a Respeito da Inclusão:

Em termos históricos, o que conhecemos por inclusão hoje, em seu aspecto de direitos humanos, representa o momento atual do processo de evolução de uma luta que foi oficializada documentalmente há pelo menos 5 décadas, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948.

Quando fazemos uma análise histórica observamos que o movimento tem o caráter de abertura da escola para atender a todos os educandos, e o oferecimento de serviços e benefícios sociais a todos os cidadãos. Neste sentido, o termo integração foi

predominante num determinado momento desta luta pela absorção e implementação de valores democráticos, assim como o termo inclusão é usado para representar as orientações predominantes no momento atual.

Quando a palavra-chave era integração (termo utilizado ainda até recentemente na maioria dos países, e ainda utilizado em vários outros), alguns dos pontos cruciais em debate focalizavam a provisão de serviços, o que por sua vez, para fins administrativos e de alocação de recursos, poderia significar ainda uma ênfase predominante em práticas de testagem e rotulação, o que, em contrapartida, poderia manter a exclusão por continuar enfocando o "problema" como se originando apenas no indivíduo a ser integrado.

Por isso o "movimento pela integração" sofreu críticas e, para alguns autores passou a ser substituído por "inclusão", conforme expresso na própria Declaração de Salamanca (versão inglesa):

São necessárias mudanças de terminologia para refletir as políticas e práticas; - um exemplo específico é a mudança de “especial” para “inclusiva”. (p. 32)

O argumento defendido a respeito desta “troca” é o de que o termo “educação inclusiva” transfere o enfoque do indivíduo para a relação deste com a sua comunidade e sociedade, de forma que o pressuposto básico é o reconhecimento das diferenças, o reconhecimento de que as suas conotações de déficit podem ser originadas na própria relação existente entre indivíduos e sociedade, e o devido respeito às ditas diferenças.

Nesse sentido, a ênfase passa a ser nas respostas (educacionais, de saúde, sociais) que as instituições e organizações sociais devem dar no sentido de garantir a participação social e o exercício pleno dos direitos de cidadania. As práticas sociais entram, conseqüentemente, em necessidade urgente de serem revistas em seus papéis. As respostas das instituições e organizações não devem ter um caráter de “maquiagem” às dificuldades apresentadas, mas sim providenciar a remoção dos obstáculos à aprendizagem destes e, conseqüentemente, ênfase em estratégias com este fim.

De toda essa discussão, o que nos parece importante frisar é o fato de que o movimento tem sido cada vez mais em direção à adoção, na prática (em complementação à teoria),

de atitudes e ações que incorporem princípios humanistas e democráticos, como o da igualdade de valor e direitos entre seres humanos. Recorrendo uma vez mais à Declaração de Salamanca, podemos extrair o seguinte conceito de inclusão (extraído das págs. 59-60 da Declaração de Salamanca, versão oficial em língua inglesa⁵):

*O princípio orientador desta Estrutura [de ação] é o de que as escolas deveriam acomodar **todas as crianças**, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Tal deveria incluir crianças portadoras de deficiência ou com altas habilidades, crianças de rua e crianças que trabalham, crianças provindas de populações remotas ou nômades, crianças pertencentes a minorias lingüísticas, étnicas ou culturais e crianças de outras áreas ou grupos marginalizados ou em situações de desvantagem. (...) O desafio a ser encarado pela escola inclusiva é o de desenvolver uma pedagogia centrada na criança, capaz de educar efetivamente todas as crianças, incluindo as que sofrem sérias desvantagens ou deficiências. O mérito de tais escolas não está apenas em serem capazes de prover uma educação de qualidade a todas as crianças; seu estabelecimento é um passo crucial no auxílio à mudança de atitudes discriminatórias, à criação de comunidades receptivas e ao desenvolvimento de uma sociedade inclusiva. Uma mudança na perspectiva social é imperativa. (...)*

Considerações Finais:

Suponhamos os seguintes exemplos:

- Uma usuária de cadeira de rodas que não pôde votar porque não havia acesso para que chegasse ao andar em que se encontrava sua seção;
- Uma criança considerada pela professora como inquieta: daquelas que ficam circulando na sala-de-aula justamente no momento de copiar o exercício do quadro!
- O uso do elevador de serviço para empregados.

O que há de semelhante entre os três exemplos? O fato de que todos estão em situação de exclusão. No primeiro exemplo, a exclusão se caracterizou pela alienação do indivíduo de seu direito de votar. No segundo caso, em função, provavelmente, de um

⁵ Observe-se, a esse respeito, que na tradução oficial em língua portuguesa – versão brasileira, e para ilustrar o argumento acima relativo ao uso de um termo ou outro, o termo escola inclusiva está traduzida como escola integradora.

processo de estigmatização⁶. E no terceiro exemplo, a exclusão se deu pela segregação do indivíduo.

E que diferenças há entre eles? A experiência de cada um, o respectivo grau de informação, a mobilização interna, e seus decorrentes potenciais de mobilização externa. A experiência porque, como dissemos anteriormente, o conceito de diferença é relativo aos olhos de quem o vê, à mente de quem o define, e sobretudo à expressão condutual e atitudinal de quem o vive. O grau de informação porque cada pessoa terá maior ou menor conhecimento de seus direitos a respeito de cada situação. A mobilização interna porque cada um terá um desejo maior ou menor de alterar a situação. E a mobilização externa porque terá, também, diferentes estratégias para colocar em prática os mecanismos possíveis de alteração da situação de exclusão.

Em consequência à semelhança verificada nos exemplos, podemos extrair pelo menos três orientações diferentes para se trabalhar o processo de inclusão: como processos anti-alienação, anti-estigmatização e anti-segregação. Cada orientação podendo gerar várias formas de atuação.

Mas também em consequência (e respeito) às diferenças de cada caso, as estratégias de anti-alienação, anti-estigmatização e anti-segregação variarão largamente. Onde podemos concluir alguns aspectos referentes à exclusão e à inclusão, a saber:

- A exclusão é um resultado de vários processos.
- A inclusão são processos de busca de um resultado. Ou melhor: é um processo em que se procura, por todos os meios possíveis (e essencialmente dignos, democráticos), chegar ao resultado de combater os vários processos que levam à exclusão. Isso a torna muito mais difícil de ser posta em prática.
- Os motivos que levam à exclusão nem sempre são explícitos ou mesmo conscientes. O que por vezes torna a exclusão imperceptível num primeiro momento, e portanto menos passível de questionamentos ou denúncias. Exemplo típico, neste caso, foi o

⁶ Sabemos que às vezes os casos são reais. Mas também sabemos o quanto o professor costuma estar imbuído do poder de criar uma expectativa prévia do aluno com base em informação que recebeu da família ou de professores anteriores, e do quanto atuam em função destas, sem dar muita abertura para revê-las.

que apresentamos na situação do aluno considerado *a priori* como “impossível” pelo professor.

- Os motivos que promovem a inclusão são explícitos, geralmente conscientes e baseados em princípios. O que por sua vez a torna muito mais facilmente passível de críticas, questionamentos e revisões. Isto porque, toda luta possui um contexto que por sua vez reflete a movimentação humana ao longo da história, tanto em termos de atos quanto em termos de ideais.

Entretanto, os três exemplos comportam ainda uma outra semelhança. Cada sujeito tem experiências únicas a poder “trocar” com os demais e, assim, desenvolver processos que possam refletir sobre a inclusão, através de atitudes positivas (ou passíveis de reflexão em outros). Tais atitudes vislumbrando informações a todos que cercam estes sujeitos (“reação em cadeia”).

As experiências singulares apontam características individuais que, por sua vez, são manifestações da cultura e das condições (políticas, econômicas, governamentais...) a que pertencem os grupos. Esses fatores apontam um primeiro patamar de diferenças que alia-se a questões biológicas, temporárias ou permanentes. Portanto, a “reação em cadeia” não pode ser simplificada de forma linear. Dado o seu contexto, postula orientações do ponto de vista racional e emocional.

Conseqüentemente é mais fácil dizer o que a inclusão não é, porque, sendo um processo, ela não pode ser definida *a priori*. Cada contexto, em sua especificidade, é que vai determinar o que/quem, quando ser incluído, e como. Ainda que a inclusão seja (também) respeito às diferenças, como foi visto, o conceito de diferenças e as formas de respeitá-las poderão variar muito: entre as instituições, entre famílias, bairros, comunidades, cidades, estados, países...

A inclusão, no que concerne a instituição educacional, permite trabalhar com as diferenças através do respeito aos espaços de direito. Definindo como espaço, não só o físico como também todos os momentos nos quais a criança possa expressar-se e, apoio a esta expressão, quando necessário. Em cada espaço, a criança deposita a síntese de questões das suas vivências com as informações apreendidas. Portanto, em cada diferença é possível compreender tais questões.

Mas por que ainda discutir inclusão num mundo de globalização, onde o respeito às diferenças é condição *sine qua non*, retomando o início do artigo?

Um mundo globalizado, a priori, concentraria princípios de participação, solidariedade e cooperação. Tais princípios “carregam” em seu bojo atitudes em qualquer tempo e espaço, em qualquer circunstância; dando oportunidades de fazer com, e não por; e, promovendo a não-competitividade. Porém, ao imperar interesses econômicos, onde nem todos têm acesso aos instrumentais necessários, a globalização torna-se contraditória.

Para garantir os princípios citados acima, os documentos nacionais e internacionais vêm protegê-los, reafirmando as questões necessárias para tal. O problema, porém, não mais se relaciona ao que fazer, mas ao como conseguir fazer. Trata-se de questionar o elo das relações humanas! Apesar de todo o conhecimento alcançado sobre este tema, o que impede aos homens ressignificar as diferenças; ou seja, conviver com elas sem fingir que não existem ou pensar que somente elas existem, no indivíduo; é fruto de um trabalho que somente contemplou a racionalidade e, não, a afetividade.

Dentre as formas de inclusão, o processo de mudança de atitudes, acreditando que a diversidade promove a aprendizagem (e não o uso de filosofias tradicionais e alienantes) é um caminho. Caminho a ser trilhado na convivência diária e não somente nos documentos baseados em princípios.

Bibliografia:

- Brasil. Secretaria de Educação Especial. Conjunto de Materiais para Capacitação de professores: necessidades na sala de aula. Brasília: MEC/SEESP, 1998.
- CARVALHO, Rosita Edler. (2000) Removendo Barreiras para a Aprendizagem. Porto Alegre, Mediação.
- Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Necessidades Básicas de Aprendizagem. UNESCO, 1990.
- Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília, CORDE, 1994.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. (1997) A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon: Editora SENAC.
- SANTOS, Mônica Pereira dos. Educação Inclusiva: Redefinindo a Educação Especial. (1999, no prelo)